

COMPRAR, VENDER, COMER o consumo da carne e os circuitos mercantis e sociais em São Paulo (1852-1927)

BUY, SELL, EAT meat consumption and the mercantile and social circles in São Paulo; 1852-1927

v. 7, n. 10
jan/ago (2015)

ISSN 1982-0569

Ana Lucia Duarte Lanna
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Universidade de São Paulo
e-mail: aldlanna@usp.br

Resumo

A cidade de São Paulo foi, pelo menos desde o século XVIII, importante núcleo urbano, articulador dos processos de interiorização e ocupação do território. A carne sempre integrou a dieta alimentar dos paulistas, de todos os grupos sociais, sendo um tema sensível como atividade econômica ou prática social. A expansão da cidade não altera o regime alimentar que continuará definido pelo uso cotidiano do feijão, da carne e da farinha. As presenças estrangeiras ampliarão as possibilidades e demandas alimentares, como por exemplo a introdução e generalização do consumo de diversos tipos de pasta e verduras mas, os de fora, incorporarão as tradições alimentares paulistas. Desde inícios do século XIX a municipalidade procurava regradar o comércio de carne na cidade seja pelo controle daquilo que era comercializado seja pelo controle das reses destinadas ao abate e ainda pela construção de matadouros. Estes inseriam-se nas políticas públicas de ordenamento do espaço. Reformas, ampliações e deslocamentos marcam as trajetórias deste equipamento no espaço da cidade. Questões sanitárias e de controle alimentar incidiram sobre os matadouros analisados mas sobre eles sempre incidiram as noções de sujeira, doença e descarte. Melhoramento urbano necessário e indesejável foi sempre relegado para as franjas da cidade

Palavras chaves

cidade, alimentação, matadouros

Abstract

The city of São Paulo was, at least since the eighteenth century, an important urban center, a hub in the processes of settlement and occupation of the land. Meat consumption has always been integral to the population of São Paulo from all social strata and a sensitive subject as economic activity or social practice. The city's expansion did not change the eating habits, which would continue to be defined by the daily consumption of beans, meat and flour. Foreign presence expanded the range and demand for groceries, as in the case of the introduction and popularization of several types of pasta and vegetables. At the same time foreigners adopt the eating traditions of São Paulo. At the beginning of the nineteenth century, the city hall began an attempt to regulate the commerce of meat within the city by administering the trade, through control of beef cattle as well as the construction of slaughterhouses. Public policies for spatial planning addressed the latter. Renovations, extensions and shifts mark the trajectories of this equipment within the city. Health and food control issues focused on slaughterhouses analyzed but none of this could rid this facility of the idea of filth, diseases and waste. An urban improvement, both necessary and unwanted, has always been banished to the margins of the city

Key Words

city; food consumption; slaughterhouse

Introdução

A cidade de São Paulo foi, pelo menos desde o século XVIII, importante núcleo urbano, articulador dos processos de interiorização e ocupação do território. A carne sempre integrou a dieta alimentar dos paulistas, de todos os grupos sociais, sendo um tema sensível como atividade econômica ou prática social.

O regime alimentar paulistano incluía preferencialmente feijão, farinha de milho e carne, principalmente de porco e bovina. Estes produtos eram aqueles que transitavam pelas trilhas e caminhos que articulavam São Paulo a um vasto território. Esta dieta alimentar era complementada por frutas, verduras, hortaliças, peixes e uma diversidade de outros itens que produzidos por pequenos sítios eram comercializados na cidade de São Paulo sobretudo pelas quitandeiras. (Pinto,1900)

Nos anos 1820 havia um matadouro em funcionamento na cidade de São Paulo, abastecendo com carne fresca seus quase 20.000 hab. A existência de um matadouro indica a existência de uma vida urbana onde já está presente a figura social do consumidor, inserido em circuitos de provisão alimentar da vida cotidiana dos quais ele não é mais o produtor (Ferrières,2002,70)

São Paulo passou por vertiginosa expansão urbana que multiplicou em 20 vezes sua população entre 1870 e 1920. Este processo foi marcado por forte presença de uma população imigrante, sobretudo italiana. Esta população estrangeira foi, em alguns momentos responsável por 50% dos moradores da cidade. A maioria dos italianos estrangeiros que habitavam a capital eram originários do sul da Itália e em seus lugares de origem tinham uma dieta marcadamente vegetariana. A travessia atlântica já havia alterado os hábitos alimentares destes estrangeiros (Bevilacqua,1981) e a vida em São Paulo consolidava, para estes milhares de novos habitantes, a carne como item alimentar central em seus diversos modos de preparo: no feijão, ensopada ou

salgada. O ex-deputado provincial paulista José Luís de Almeida Nogueira, em uma de suas crônicas nos conta sobre as refeições dos paulistanos, nos anos 1870:

"entre oito e nove horas o almoço; entre 14 e 15, o jantar, e à noite a ceia. E detalhava a composição da mesa de uma república de estudantes, que classificava de modesta:"Ao almoço, o clássico picadinho, ovos estrelados, arroz, chá de cartucho, pão e manteiga; ao jantar, sopa (que só então começava a generalizar-se), o pátrio feijão, arroz, um prato de ensopado e outro de carne frita ou assada. Por sobremesa, café. Nas repúblicas fidalgas serviam-se doces, a saber - melado, banana frita ou batata em calda [...]. Ceia: chá com pão e manteiga." Em 1893 uma greve dos magarefes, responsáveis pelo abate da carne no matadouro, ganha espaço nos jornais da capital. As notícias destacam que a greve priva a população da capital de "seu principal alimento: a carne verde"(O Correio Paulistano, Echos Paulista 18/01/1893).

A expansão da cidade não altera o regime alimentar que continuará definido pelo uso cotidiano do feijão, da carne e da farinha. As presenças estrangeiras ampliarão as possibilidades e demandas alimentares, como por exemplo a introdução e generalização do consumo de diversos tipos de pasta(Collaço,2009) e verduras mas, os de fora, incorporarão as tradições alimentares paulistas. O consumo e comércio da carne, seja de porco ou bovina, estão associados a padrões e formas de expansão urbana.

O consumo e o comércio da carne na cidade: matadouros no rio

Desde inícios do século XIX a municipalidade procurava regradar o comércio de carne na cidade seja pelo controle daquilo que era comercializado seja pelo controle das reses destinadas ao abate e ainda pela construção de matadouros. Estes inseriam-se nas políticas públicas de ordenamento do

espaço. Estas estratégias coadunavam-se com as visões médico-sanitaristas que incidiam sobre os espaços urbanos definindo as noções de dejetos e melhoramentos. Os debates sobre ações a serem empreendidas para o combate das epidemias de febre amarela e cólera que ocorriam no estado de São Paulo incidiam sobre a existência e localização de cemitérios, mercados e matadouro. Todos estes equipamentos foram objetos de legislação que incluía a fiscalização sobre o funcionamento com exigências de limpeza e higiene assim como acabaram por resultar em novas localizações. Os novos lugares eram sempre distantes da cidade mais densamente construída.

O primeiro matadouro da cidade, nomeado Curral da Câmara¹ será desativado em 1852 quando, um novo matadouro será inaugurado, distante algumas dezenas de metros deste. Ambos localizavam-se às margens do ribeirão Anhangabaú. A expansão da cidade, a partir de meados do século XIX, implicou a transposição do vale configurado por este ribeirão, com a constituição de um novo centro e a edificação de equipamentos urbanos relacionados ao "viver à francesa" (Carvalho, 2008; Barbuy, 2006). Várias obras realizadas pela municipalidade a partir dos anos 1850 marcam importantes mudanças na cidade ao associarem desenvolvimento, progresso e reordenação dos fluxos no espaço urbano. Para além de obras isoladas tais como a reconstrução da Ponde do Açu, o cemitério público, o mercado municipal, a nova caixa d'água e o próprio matadouro (Campos, 1997) as intervenções incidiam sobre as formas de circulação na cidade de pessoas, mercadorias e dejetos.

O calçamento das ruas previa o escoamento das águas e uma nova pavimentação; os lugares de comércio distanciam o consumo de luxo daquele ligado ao abastecimento in natura e das classes populares, os mortos: pessoas e animais não deviam mais contaminar a cidade com seus miasmas. As escolhas dos lugares de mercados e matadouros reiteram uma conformação urbana ainda hoje decisiva nas dinâmicas metropolitanas paulistas. Algumas

¹este matadouro ficava localizado na Rua Santo Amaro próximo à Rua Jacareí.

regiões da cidade são destinadas à ocupação residencial de grupos sociais de elites e correlatos. Outras regiões destinadas ao trabalho, nas suas inúmeras modalidades e aos trabalhadores. Esta espacialização da cidade destina para sua região oeste as ocupações de elite. Isso significa, ontem e hoje, a exclusão de equipamentos relacionados ao abastecimento tais como mercados e matadouros. Melhoramentos urbanos expressam um duplo sentido. Um associado à noção de progresso. Outro que nos permite compreendê-los como intervenções que reafirmam estigmas sociais e hierarquizam os espaços da cidade. (Bresciani,2001). Os matadouros integram nesta dupla perspectiva as mudanças urbanas

Nos debates sobre a transferência ou não do matadouro incidiam sempre os mesmos argumentos: a péssima condição de conservação da edificação existente; a precariedade da limpeza; a insuficiência de funcionários; a necessidade de controlar o abate e comércio de carne pela prefeitura, os dejetos e sangue lançados nas águas do ribeirão Anhangabaú que cruzava a cidade. A discussão sobre as condições de higiene e salubridade foram decisivas para a mudança do matadouro, mas não foram suficientes para alterar a sua localização na cidade: o ribeirão do Anhangabaú.

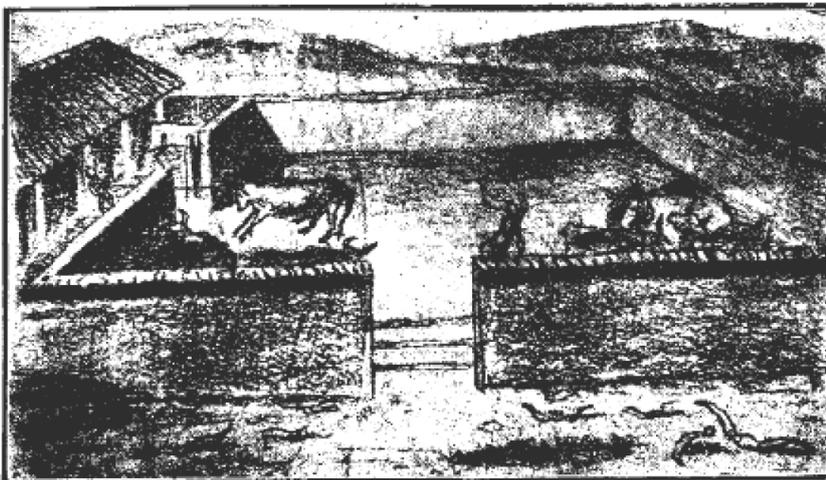


Imagem 1: Matadouro Rua Humaitá. (FREITAS,1921,p.30)

Foi a associação entre matadouro e peste o elemento decisivo para que a municipalidade investisse recursos necessários à sua mudança. No início do ano de 1851 o deputado Brotero afirmava, em sessão da Assembléia



CIEC



UNICAMP

Provincial, que o matadouro não apresentava "nenhuma condição exigida pela ciência, colocado quase no centro da cidade, com os miasmas invadindo a cidade: é uma calamidade"(O Governista,1851).

Apesar de transferido para o novo endereço, em 1852², as queixas e reclamações sobre o funcionamento do novo Matadouro repetiam os temas e problemas do anterior. Para todos o novo matadouro apresentava condições precárias

"a casa além de mal construída nunca foi acabada, o asfalto está todo roto de sorte que os imensos buracos não permitem que a lavagem se faça em termos de ficar livre do mau cheiro, o curral pequeno donde o gado segue para a matança é um grande depósito de lama misturado com chifres e pedaços de ossos, de sorte que se torna este lugar imundo" (O Correio Paulistano,1855).

No mesmo jornal um leitor com codinome de Um do Povo afirmava que " a Câmara deveria recorrer a comissão de profissionais quando tiver que realizar medidas como a remoção de cemitérios e a construção de matadouros para que não se desperdice trabalho e dinheiro. O matadouro atual é um foco de infecção; já impregnando o ar desta cidade com os miasmas daí exalados; já inutilizando o ribeiro Anhangabaú que recebe o sangue e mais fragmentos animais em putrefação, os quais são levados para a cidade por suas águas".

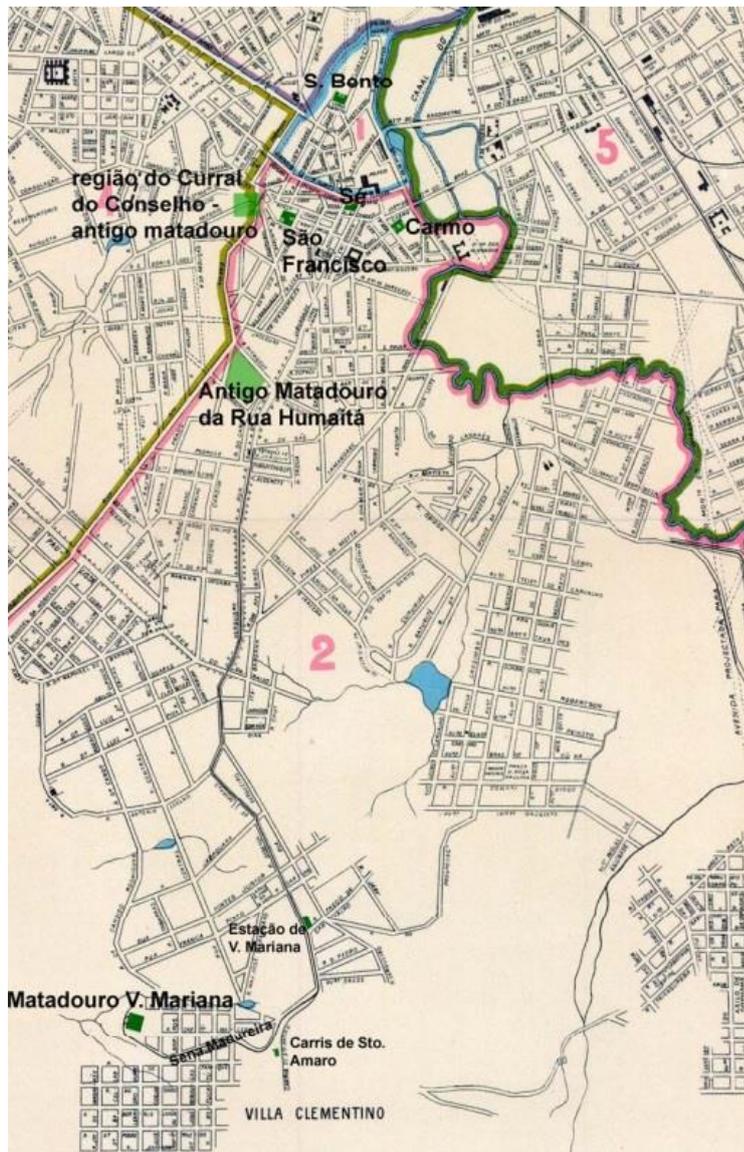
É importante reconhecer que a São Paulo do século XIX era uma cidade de águas. Numerosos riachos, ribeirões, rios mais ou menos caudalosos configuravam o território da cidade, suas possibilidades de expansão e seus usos cotidianos. As entradas e saídas da cidade, os caminhos e estradas que conectavam a urbe com o território eram todos demarcados por pontes. A ocupação da cidade, entre vales e morros era também cindida e reunida pela

² Em 1852 a Câmara Municipal realiza o primeiro pagamento a Achilles M d'Estaden que já havia realizado mais da metade da obra do matadouro Novo. O projeto do novo edifício foi idealizado pelo engenheiro C. A. Bresser (Aurora Paulistana, 1852).





presença das águas. Enchentes e inundações perpassavam o cotidiano urbano. Da mesma forma práticas sociais e alimentares derivavam da presença dos rios e suas potencialidades. Será apenas ao longo do século XX que os rios irão gradativamente desaparecendo do cenário urbano, seja por terem sido enterrados e escondidos ou por terem sido retificados e mortos.



(GIORDANO, 2006, p.133)

Os matadouros do Curral e da Rua Humaitá seguirão esta forma de conformação do espaço urbano que se fez ao longo das águas. O matadouro

da Vila Mariana, inaugurado em 1887 expressará uma outra forma de construção social do espaço urbano marcada pela presença da ferrovia que contribuirá para configurar outros caminhos e eixos de expansão. Sobre todos os matadouros incidiam questões similares que referiam-se a(má) qualidade construtiva, (in)capacidade de atender a demanda de abate de reses, (in)salubridade das instalações e a (má) qualidade da carne.

Também é importante destacar que o esforço da prefeitura em controlar e monopolizar os abates das reses nunca se efetivou. A insuficiência dos fiscais e profissionais nos matadouros, as precárias condições de abate e acondicionamento da carne fresca, o horário reduzido de funcionamento são alguns dos elementos a indicar estas dificuldades de ação do poder público. Por outro lado sucessivas denúncias e multas indicam que particulares continuavam a abater reses nos inúmeros terrenos desocupados da cidade em expansão. Em 1880 os comerciantes de carne Leite e Alves tem negada sua solicitação de autorização para abate de reses em terrenos de uma chácara no bairro da Mooca(O Correio Paulistano,1880) Em 1893 Manoel Antonio Luz Borba foi multado em 30\$000 por ter abatido rez fora do matadouro e Estevão Estrella e Antonio Simões por venderem carne deteriorada(O Correio Paulistano,1893).

O deslocamento rio acima manteve sobre o local do matadouro do Curral o estigma de abandono. O Correio Paulistano de 18 de julho de 1854 denunciava que a ponte fronteira ao antigo matadouro estava toda esburacada, que o terreno estava abandonado constituindo um verdadeiro precipício.

O novo matadouro foi construído onde antes havia a forca e seu patíbulo e onde vivia uma população muito pobre e predominantemente negra, reiterando a idéia de exclusão e precariedade que incidia sobre o lugar. Um ex-estudante da Faculdade de Direito publica, a partir de passeios pelo bairro e evocação de suas memórias de juventude, a seguinte descrição:

"formado de três ruas, se ruas se podiam chamar uma viela estreita e curta, imunda e triste, rematando de um lado numa descida para o largo caminho do Matadouro novo, e de outro no prolongamento para as bandas dos cemitérios de uma série de casebres cada qual mais miserável, e as duas outras paralelas consistem em raras casas e compridas taipas...o bairro da Forca oferecia aspecto sinistro e misteriosos. Habitava-o uma "raça sui generis" e esquisita composta principalmente por mulheres e crianças, mulheres esquálidas e esfarrapadas, a personificação da miséria a mais profunda e degradante prostituição, crianças nuas e sujas, que se revolviam todo santo dia na lama pútrida das ruas..." ("O Ytororo, 1859).

Ambos os matadouros ocupavam o mesmo rio, apresentavam a mesma precariedade e revelavam a incapacidade(sic) do poder público em controlar a qualidade das reses, do abates e da comercialização da carne fresca. Ambos revelavam que a este tipo de melhoramentos urbanos associava-se o desejo do progresso, mas também a reafirmação de estigmas sobre os lugares.

Além disso no entorno dos matadouros reuniam-se e moravam trabalhadores que, nesses finais de século XIX, incluíam os escravos. Além de brigas, greves e os chamados "distúrbios da ordem pública" a simples presença da população de trabalhadores também contribuía, de forma preconceituosa, para associar a estes lugares uma visão negativa que, via de regra, estava articulada aos discursos higienistas e raciais. Assim se expressa *Um morador* que, por diversas vezes, publica no Jornal da Tarde um apelo dirigido aos policiais dizendo que

"quase todas as noites há ajuntamento de negros na casa que existe na mangueira do casa do capitão Antonio Manoel, anexo ao matadouro; deste ajuntamento consta que até brigas tem havido,e quando não formam um batuque e gritarias que perturba a vizinhança, bem como hoje que foram até o raiar do dia" "(Jornal da Tarde, 1880).

O consumo e o comércio da carne na cidade: o Matadouro da Vila Mariana

Nos 35 anos de funcionamento do matadouro da rua Humaitá a cidade continuou sua vertiginosa expansão e as recorrentes críticas que incidiam sobre as práticas do matadouro reiteram a capacidade discursiva dos saberes higienistas mas a morosidade em alterar lugares e práticas nas dinâmicas urbanas(imagem 2).

Os argumentos mobilizados nos discursos que irão definir a construção de um novo matadouro na cidade anos1880 recuperam as argumentações higienistas - má qualidade da carne, das condições de abate e comercialização, a saúde pública, as doenças; assim como traduzem disputas por lugares na cidade. Podemos, por exemplo, reconhecer interesses ligados ao capital imobiliário que defendiam ou atacavam a presença do matadouro em função da compreensão dos impactos que este equipamento poderia significar na ordenação social dos espaços urbanos. Assim são refutadas as possibilidades de instalação no novo matadouro na região do Pacaembú e de Pinheiros. Os argumentos explicitam que as áreas circundantes aos terrenos disponíveis estavam sendo ocupadas por loteamentos viabilizados pela distribuição de terras pela municipalidade. A região afinal escolhida para a construção do novo edifício localizava-se distante mais de 6000metros da cidade adensada e também estava sendo rapidamente urbanizada por loteamentos que resultavam do parcelamento das antigas chácaras.

A escolha do lugar para a construção do novo matadouro reitera a antiga e "consolidada" espacialização da cidade que garantia para as regiões do Bexiga - e Vila Mariana como sua zona de expansão - a presença de classes trabalhadoras pobres, ligadas a serviços e comércio, com forte presença de imigrantes e seus descendentes. As áreas do Pacaembu e Pinheiros, localizadas na porção oeste da cidade, reiteravam sua destinação para ocupação preferencial pelas elites e setores classes médias. A escolha do lugar

reiterava práticas sociais que buscavam distanciar e ocultar as atividades relacionadas ao trabalho.

Mas se a localização indicava estas permanências ela também sinalizava uma mudança fundamental nas dinâmicas e mobilidades urbanas. A escolha do lugar não se fazia mais pela presença das águas mas da ferrovia e dos bondes, dos caminhos - novos indicadores de mobilidade urbana. A região era cortada desde os anos 1864 pela estrada do Vergueiro que conectava a capital com a cidade de Santos e funcionava como importante caminho para o transporte de produtos agrícolas de todo o estado de São Paulo até o porto de Santos³. No início dos anos 1880 uma linha de bonde - Carris de Ferro de São Paulo a Santo Amaro - ligava a região central da cidade (São Joaquim) a Santos passando pela região do futuro matadouro. Os pastos que abrigavam os rebanhos vindos das diversas regiões do estado também ficavam nesta região da cidade.

O projeto escolhido para o novo matadouro foi o elaborado pelo engenheiro Alberto Kulhman⁴, também responsável pelo projeto e exploração da Cia de Carris e do ramal ferroviário que ligaria o matadouro a esta linha férrea, alterando radicalmente a forma de transporte e circulação da carne verde no interior da cidade. Imagens da época mostram locomotivas de pequeno porte e bondes especiais para o transporte de carga parados na entrada do galpão central, onde se localizava o depósito de distribuição (Marcon,2012).

O edifício com 3153m² de área, todo construído em alvenaria de tijolo, foi implantado em terreno de 17.000 m². O jornal O Correio Paulistano destacava em sua edição de 10 de fevereiro de 1880 a "solidez e elegância do edifício, quer se encare em face dos princípios arquitetônicos quer se atente ao

³ por mais significativa que tenha sido a presença das ferrovias no estado de São Paulo elas nunca detiveram a exclusividade no transporte de mercadorias e passageiros

⁴ formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, membro do Partido Republicano e deputado em 1891 na primeira legislatura da Assembléia Constituinte Paulista e figura de destaque na região da Vila Mariana.



CIEC



UNICAMP

plano que presidiu a distribuição dos compartimentos destinados aos diversos místicas".

Em 1881 o orçamento municipal tem como maior unidade de despesa aquela destinada a construção do novo matadouro. A festa de inauguração foi descrita pelo mesmo jornal

" As duas da tarde partiu da Rua Vergueiro um comboio especial da companhia de carris de fero de Santo Amaro, conduzindo o exmo. presidente da província, vereadores, representantes da imprensa, outras pessoas gradas e uma banda de música chegando todos ao novo matadouro as três horas e um quarto...Depois de terem percorrido o edifício e examinado os diversos aparelhos, os convidados assistiram à matança do gado bovino e suíno pelo sistema mais aperfeiçoado mostrando-se todos muito satisfeitos pelos resultados dos respectivos processos...Foi servido em seguida, profuso *luncheon* trocando-se diversos brindes, entre os quais destacamos os dirigidos ao senhor presidente da província, vereador F.A.Dutra Rodrigues, Alberto Kuhlmann e os representantes da imprensa... O sr dr Carlos Botelho declarou que concedia liberdade a um escravo, desejando que a respectiva carta fosse entregue hoje em sessão da câmara municipal...As 5 horas e um quarto da tarde regressaram os convidados à capital" (O Correio Paulistano,1887).

Quando de sua inauguração em 05 de janeiro de 1887 o matadouro abatia 54 reses/dia. O matadouro da Rua Humaitá tinha como média o abate de 11 reses/dia. Apesar de todo o investimento a carne, sua qualidade e consumo, continuavam a ser objetos de denúncias e problemas no cotidiano da cidade.Em 1893 na coluna Echos Paulista um cidadão V. Mello afirmava que o abate da carne em São Paulo, que já ocorria no matadouro da Vila Mariana, é em

" tudo oposto ao que se espera de uma país civilizado.No matadouro ninguém examina o gado que se abate, na cidade ninguém examina a



carne, e assim paga-se 1\$200 o quilo da carne que provem muitas vezes de reses magras, velhas, doentes dando-nos ainda por muito felizes pelo fato de termo-la nessas condições” (Echos Paulista,1893).



Imagens 3.a - Matadouro Vila Mariana
Acervo DPH



Imagens 3.b - Matadouro Vila Mariana
BECHERINI, A. 1912, Acervo DPH

Com a rápida expansão urbana de São Paulo, a região do matadouro tornou-se densamente povoada, e mais uma vez, o equipamento foi inviabilizado. Em 1927, o novo matadouro da Vila Mariana foi fechado e o abastecimento de carne passou a ser feito principalmente por empresas estangeiras como a Armour e o Frigorífico Anglo, localizados em outras e distantes regiões da cidade.

A existência de matadouros expressa a centralidade do consumo de carne verde na dieta alimentar do paulistano. O novo edifício materializava o progresso seja por suas dimensões, seja pela modernidade da técnica construtiva, do uso de novos materiais e técnicas de abate. Sua localização indicava novas dinâmicas associadas aos transportes coletivos sobre trilhos. Seus trabalhadores tinham que obrigatoriamente serem homens livres. Nada disso foi capaz de distanciar deste equipamento a noção de sujeira, doença e descarte. Melhoramento urbano necessário e indesejável foi sempre relegado para as franjas da cidade.



CIEC

BIBLIOGRAFIA

UNICAMP

BARBUY, H. *A cidade-exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914*. São Paulo: Edusp, 2006.

BEVILACQUA, P. *Emigrazione transoceânica e mutamenti dell'alimentazione contadina calabrese fra otto e novecento*. *Quaderni Storici*, n. 47, 1981, p. 543.

BRESCIANI, M.S. Melhoramentos entre intervenções e projetos estéticos: São Paulo(1850-1950) in: BRESCIANI,M.S.(org). *Palavras da cidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2001. p. 343-366.

CAMPOS,E. *Arquitetura paulistana sob o Império. Aspectos da formação da cultura Burguesa em São Paulo*. São Paulo: tese de doutoramento FAUUSP, 1997.

CARVALHO, V.C. *Gênero e artefato. O sistema doméstico na perspectiva da cultura material*. São Paulo: Edusp, 2008.

COLLAÇO, J.H.L. *Sabores e memória: cozinha italiana e construção identitária em São Paulo*. São Paulo: tese de doutoramento Antropologia Social USP, 2009.

FERRIÈRES, M. *Histoire des peurs alimentaires*. Paris: Seuil, 2002.

FREITAS, A. *Tradições e reminiscências paulistanas*. São Paulo: Revista do Brasil, Monteiro Lobato e Cia, 1921.

GIORDANO, C. *Ações sanitárias na Imperial cidade de São Paulo: mercados e matadouros*.Campinas: dissertação Mestrado PUC, 2006.

MARCON, M. *Patrimônio arquitetônico da industrialização. A intervenção contemporânea no antigo matadouro de São Paulo*. São Paulo: mestrado FAU USJT, 2012.

PINTO, A.M. *A cidade de São Paulo em 1900: impressões de viagem*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1900.

Jornais

Aurora Paulistana, April 24th, 1852.





CIEC

Jornal da Tarde, May 30th, 1880

O Correio Paulistano July 18th, 1854; August 18th, 1855; February 10th, 1880; Mars 17th, 1880; January 06th, 1887; january 10th, 1893; january 18th,1893; January 20th, 1893

O governista, Mars 30th, 1851

Ytororo, September 01th, 1859

